

Exmo.(a) Senhor(a)

TRANSDEV NORTE, S.A.
Rua Das Arcas - Edifício Transdev
4810-647 Pinheiro Gmr

VOSSA REFERÊNCIA	VOSSA COMUNICAÇÃO	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		116/2024 - SigmaDoc	17/07/2024

Assunto: Aquisição de serviços urbanos de transporte público rodoviário de passageiros – Convite à apresentação de proposta

V. Exa.,

Na sequência da decisão de contratar adotada por despacho do Conselho Intermunicipal, em 16/07/2024, vem a Comunidade Intermunicipal (CIM) do Tâmega e Sousa convidar V. Exa. a apresentar proposta no âmbito do procedimento pré-contratual, por ajuste direto em função do critério material, para aquisição de serviços urbanos de transporte público rodoviário de passageiros.

O presente procedimento de ajuste direto, é realizado em função de critérios materiais, conforme o disposto no artigo 23.º, conjugado com o disposto na subalínea ii) da alínea e), do n.º 1 do artigo 24.º, todos do Código dos Contratos Públicos (CCP), na sua atual redação.

Para o efeito, informa-se que:

1. Objeto

No âmbito do presente procedimento, identifica-se o seguinte objeto, conforme cláusula 1.ª do caderno de Encargos: Aquisição de serviços urbanos de transporte público rodoviário de passageiros, durante o período de transição, até entrada da fase de exploração do contrato de Concessão de Serviço Público de Transporte Rodoviário de Passageiros na CIM do Tâmega e Sousa.

2. Entidade adjudicante

A entidade adjudicante é a CIM do Tâmega e Sousa, com sede na Avenida José Júlio, 42, 4560-547 Penafiel.

3. Documentos Obrigatórios da Proposta (sob pena de exclusão):

A proposta deve incluir os seguintes documentos:

- Declaração prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos, conforme modelo constante do Anexo I ao presente convite;

- b) Declaração sob compromisso de honra quanto a entidades especialmente relacionadas entre si, elaborada em conformidade com o modelo contante do ANEXO A ao presente convite;
- c) Proposta de preço expresso em numerário e por extenso, que terá de ser igual ou inferior ao preço base definido no presente convite, sob pena de exclusão da proposta;
- d) Lista de preço unitário;
- e) Memória Descritiva, com identificação de todas as referências com descrição no mínimo tão completa quanto as especificações que constam das cláusulas técnicas do caderno de encargos;
- f) Documento provatório da tecnologia associado ao sistema de bilhética e sistema de apoio à exploração;
- g) Plano de trabalhos: com indicação dos prazos para iniciação do serviço de transporte urbano;
- h) Plano dos meios afetos ao procedimento: com indicação do material circulante afeto aos serviços de transporte urbano;
- i) Documentos que comprovem a habilitação legal necessária ao transporte público de passageiros;
- j) Certidão permanente ou código de acesso;
- k) Outros documentos que o concorrente considere indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º 1 do artigo 57.º do CCP;
- l) No caso de o candidato ser constituído por um agrupamento de empresas, declaração assinada pelos respetivos representantes da intenção de constituição de agrupamento, indicando a figura jurídica a adotar.

Os documentos referidos neste ponto devem ser assinados pelo concorrente ou por representantes que tenham poderes para o obrigar.

4. Língua dos documentos

Os documentos são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa. Quando, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos noutra língua, devem os concorrentes fazê-los acompanhar de um dos seguintes documentos:

- a) Tradução devidamente legalizada ou;
- b) Tradução não legalizada, mas acompanhada de declaração do concorrente nos termos da qual esta declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.

5. Data-limite para apresentação da proposta

A proposta deverá ser entregue até às 17:00 horas do 3.º (terceiro) dia após o envio do presente convite.

6. Modo de apresentação da proposta

A proposta deverá ser submetida na plataforma eletrónica de compras públicas: Acingov.

- a) A participação no procedimento depende do prévio registo do interessado na plataforma eletrónica (<http://www.acingov.pt>), através do preenchimento do formulário de pré-adesão fornecedores;

- b) Os documentos que constituem a proposta, referidos no ponto 3. do Ofício Convite, devem ser apresentados na plataforma eletrónica e assinados eletronicamente mediante a utilização de certificados de assinatura eletrónica qualificada;
- c) Os documentos que constituem a proposta deverão ser autenticados através de assinatura eletrónica nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto;
- d) A proposta e os documentos que a acompanham são preferencialmente enviados em formato PDF ou similar;
- e) A receção das propostas é registada com referência às respetivas data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

7. Pedidos de esclarecimentos

Qualquer esclarecimento das peças do procedimento que seja necessário deverá ser solicitado através da plataforma eletrónica, até ao primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, devendo os esclarecimentos da CIM do Tâmega e Sousa ser prestados até ao segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.

8. Prazo de manutenção das propostas

O prazo de obrigação de manutenção das propostas é de 66 (sessenta e seis) dias contados da data fixada para a apresentação das propostas.

9. Propostas variantes e negociação

Não é admitida a apresentação de propostas variantes e as propostas apresentadas não serão objeto de negociação.

10. Preço base

O preço base do procedimento é de **43.750,38 €** (quarenta e três mil e setecentos e cinquenta euros e trinta e oito cêntimos), que corresponde a um preço máximo, unitário, por quilómetro a atribuir de **1,49€/KM** (um euro e quarenta e nove cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

11. Caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos, não será exigida a prestação de caução.

12. Documentos de habilitação

Notificado da decisão de adjudicação, o adjudicatário deverá submeter na plataforma eletrónica os seguintes documentos de habilitação no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da notificação da decisão de adjudicação:

- a) Declaração de habilitação conforme modelo constante do ANEXO II do presente Convite (declaração prevista no artigo 81.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos);

- b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:
- i. Situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea d) do artigo 55.º do CCP;
 - ii. Situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o seu estabelecimento principal, nos termos da alínea e) do artigo 55.º do CCP;
 - iii. Certificado de registo criminal, para efeitos de celebração de contratos públicos, de todos os titulares dos órgãos sociais da administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções e da sociedade, destinados a comprovar que não se encontram em nenhuma das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP, não bastando a apresentação de certidões em número equivalente ao das pessoas com poderes para obrigar a sociedade.
- c) Comprovativo de IBAN.

Na eventualidade de serem detetadas irregularidades nos documentos de habilitação apresentados, será concedido um prazo de 1 (um) dia para a respetiva supressão.

Com os melhores cumprimentos.

O Primeiro-Secretário,



(Telmo Pinto)

JJ

SigmaDoc